

DATA MERCANTIL

São Paulo



SEMPRE DIVULGANDO SUAS INFORMAÇÕES E NÚMEROS COM ✓ TRANSPARÊNCIA, ✓ SEGURANÇA E ✓ QUALIDADE.

datamercantil.com.br

SÃO PAULO, Quinta-Feira, 04 e Sexta-feira, 05 de junho de 2026 | edição nº 1542

R\$ 2,50

DÓLAR SOBE A R\$ 5,06 COM GUERRA NO IRÃ E TARIFAS DOS EUA; BOLSA CAI AO MENOR PATAMAR DESDE JANEIRO

O dólar fechou em alta de 1,11%, a R\$ 5,066, nesta quarta-feira (3), com incertezas sobre guerra no Irã e novas tarifas dos EUA sobre o Brasil estimulando a busca por ativos de segurança e pressionando o real.

A moeda norte-americana permaneceu em alta durante todo o pregão, refletindo a maior cautela dos investidores diante do cenário global. Na máxima do dia, chegou a R\$ 5,089. No exterior, o índice DXY, que mede o desempenho do dólar frente a uma cesta de seis moedas fortes, avançou 0,31%.

A redução do apetite dos investidores por risco também contaminou a Bolsa

de Valores brasileira, que fechou em queda de 2,21%, a 170.330 pontos.

A Bolsa terminou o dia no menor patamar desde 20 de janeiro, quando fechou a sessão aos 166.276 pontos. Já o dólar fechou no maior nível desde 15 de maio, quando encerrou o pregão cotado a R\$ 5,066.

Na noite de terça-feira, os EUA dispararam um míssil contra um navio-tanque que se dirigia ao Irã, enquanto as forças iranianas lançaram dois mísseis contra o Kuwait e três contra o Bahrein. Uma pessoa morreu e dezenas ficaram feridas no ataque do Irã ao Kuwait.

O evento gerou maior pessimismo entre investido-

res ao redor do mundo. Em Wall Street, nos EUA, Nasdaq, S&P 500 e Dow Jones recuaram 0,70%, 0,60% e 1,02%, respectivamente. Na Europa, os principais índices também caíram, com o Euro Stoxx 50, referência do continente, e DAX, índice alemão, recuando 0,89% e 1,31% cada.

As cotações de petróleo também subiam. Por volta das 17h, o preço do Brent, referência mundial da commodity, avançava 2,09%, a US\$ 98. O endurecimento do conflito alimenta temores de impasse nas negociações entre os países. Publicamente, o presidente norte-americano, Donald Trump, tem tentado afastar a ideia.

Folhapress



DESTAQUES DO DIA



Tarifaço contra o Brasil pode bater em 37,5% com soma de investigações

Lula volta a falar em traição e diz que Flávio é capaz de 'vender o país por interesses mesquinhos'

Zema recalibra rota e segura críticas a Flávio

BC alerta que endividamento das famílias está historicamente alto e segue aumentando



Exportadores de mel buscam reverter sobretaxa nos EUA



NO MUNDO

Ataque do Irã mata uma pessoa e fere dezenas no Kuwait, e aeroporto é atingido



O Ministério das Relações Exteriores do Kuwait informou que uma pessoa morreu e dezenas ficaram feridas em ataques do Irã nesta quarta-feira (3) que tiveram como alvo instalações civis no país, incluindo o aeroporto internacional e missões diplomáticas.

Em resposta ao que chamou de "agressões contínuas e hediondas" de Teerã, o governo do Kuwait convocou o encarregado de negócios da embaixada iraniana e declarou dois diplomatas do país persa "persona non grata", em medidas que sinalizam descontentamento. A expressão em latim é usada

como manifestação de determinado Estado de que a pessoa em questão não é bem-vinda ou aceitável ali.

A ofensiva atribuída ao Irã representou um agravamento do conflito no Oriente Médio. O Kuwait, país do Golfo rico em petróleo, vinha registrando relativa estabilidade desde o cessar-fogo firmado com Teerã em 8 de abril. Antes, forças iranianas haviam disparado uma série de mísseis e lançado drones contra a nação, aliada dos Estados Unidos, e também contra outros Estados da região.

O ataque ao Aeroporto Internacional do Kuwait feriu 63 pessoas e forçou as autoridades a desviar

voos, informou a agência estatal de notícias. Segundo comunicado da Autoridade Geral de Aviação Civil, a ofensiva também causou danos severos a um dos terminais do aeroporto. A Kuwait Airways informou que reagendaria os voos previstos para esta quarta. Pouco depois, a autoridade de aviação civil anunciou que a companhia aérea nacional havia retomado as operações a partir de outro terminal, após uma avaliação dos danos e a adoção de medidas de segurança.

O Ministério da Defesa kuwaitiano afirmou ter detectado 30 mísseis balísticos e drones lançados pelo Irã. Folhapress

Greve geral em Portugal paralisa trens, voos e fecha escolas

Uma segunda greve geral em seis meses interrompeu os serviços em Portugal nesta quarta-feira (3), paralisando trens, cancelando centenas de voos e fechando escolas, em protesto contra os planos de reforma trabalhista do governo.

O governo minoritário de centro-direita português deverá aprovar um projeto de lei, com o apoio do partido de extrema-direita Chega, que propõe alterações em mais de 100 artigos do Código do Trabalho, visando aumentar a produtividade e impulsionar o crescimento, após o fracasso das negociações com os sindicatos.

Tiago Oliveira, presidente da CGTP, a maior central sindical de Portugal, que convocou a greve geral, disse à agência de notícias Reuters que a reforma agravará as condições de trabalho, consolidando o emprego precário, desregulamentando a jornada de trabalho, facilitando as demissões e restringindo os

direitos de greve e a proteção parental.

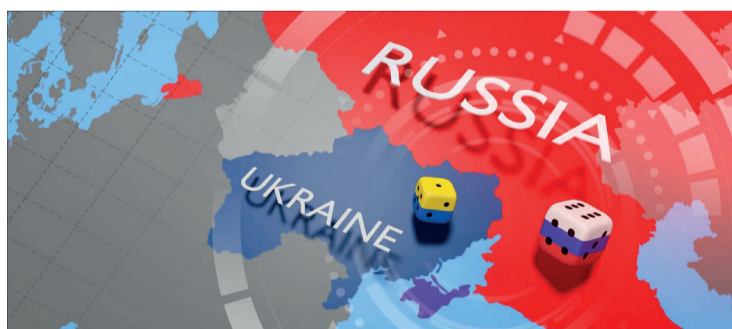
A reforma deixaria os jovens trabalhadores "presos a contratos precários para a vida toda", obrigando-os a trabalhar 50 horas por semana sem pagamento adicional, em vez das atuais 40 horas padrão, além de facilitar a sua demissão e substituição por mão de obra terceirizada mais barata, afirmou Rodrigo Azevedo, bancário de 30 anos.

"O pacote trabalhista representa uma grande ameaça não só para o futuro dos jovens trabalhadores, mas também para o nosso presente", afirmou ele.

A CP, empresa ferroviária estatal, suspendeu os trens de longa distância e a maioria dos trens regionais, enquanto o metrô de Lisboa foi fechado.

Escolas fecharam em todo o país devido à falta de pessoal, e hospitais adiaram a maioria das cirurgias e consultas após uma greve de enfermeiros. CNN

Ucrânia ataca São Petersburgo horas antes da abertura da "Davos de Putin"



Drones da Ucrânia atacaram São Petersburgo, na Rússia, durante a madrugada, atingindo infraestruturas importantes e ferindo várias pessoas.

A ofensiva foi realizada poucas horas antes da abertura do Fórum Econômico Internacional de São Petersburgo, evento emblemático do presidente russo, Vladimir Putin, que atrai milhares de participantes.

Centenas de drones atingiram diversas cidades. O governo ucraniano disse ainda ter acertado um navio

de guerra e outros alvos importantes em um grande ataque que chegou até Moscou. Três distritos de São Petersburgo foram alvos de drones ucranianos, segundo o governador da cidade, Aleksandr Beglov, pouco antes do início do fórum, nesta quarta-feira (3).

Autoridades do aeroporto internacional de São Petersburgo retomaram as operações na tarde desta quarta-feira, no horário local, conforme publicado no Telegram, após o espaço aéreo local ter sido restringido, atrasando cerca

de duas dezenas de voos.

No ataque mais recente, as defesas aéreas russas interceptaram e destruíram mais de 350 drones ucranianos sobre áreas próximas à fronteira e no interior do país, incluindo a região de Leningrado e a cidade de Novgorod, no oeste, de acordo com o Ministério da Defesa russo.

As Forças Armadas da Ucrânia afirmaram ter atingido uma corveta russa apelidada de "Boikiy" perto do porto da ilha de Kronstadt, próximo a São Petersburgo. CNN

**DATA
MERCANTIL** São Paulo

● JORNAL DATA MERCANTIL LTDA.
CNPJ nº 35.960.818/0001-30
Rua XV de novembro, 200
Conj. 21B – Centro – Cep.: 01013-000

● Tel.: 11 3361-8833
E-mail: comercial@datamercantil.com.br

● EDITORIAL: Daniela Camargo
● COMERCIAL: Tiago Albuquerque
● Serviço Informativo: FolhaPress, Agência Brasil, Senado, Câmara, Istoé-Dinheiro, Notícias Agrícolas.

Rodagem:
Diária

Fazemos parte
da



ECONOMIA

Tarifaço contra o Brasil pode bater em 37,5% com soma de investigações



A nova tarifa proposta pelo governo Donald Trump na investigação comercial sobre trabalho escravo pode se somar à sobretaxa de 25% contra o Brasil sugerida na madrugada de terça (2), de acordo com membros do governo Lula (PT) e especialistas do setor privado. Isso elevaria o tarifaço contra itens nacionais a 37,5%.

Ainda não está claro sobre qual parcela da pauta exportadora essa tarifa mais alta poderia incidir. Na terça-feira (2), o ministro Marcio Elias Rosa, do MDIC, disse que a tarifa de 25% se aplicaria a cerca de 21% das vendas ao EUA.

De acordo com Welber Barral, sócio fundador da BMJ, os EUA praticamente

repetiram nas duas apurações do USTR (Escritório do Representante de Comércio dos Estados Unidos) a lista de exceções. Ou seja, em tese as sobretaxas de 12,5% (da investigação sobre trabalho forçado) e 25% (da investigação específica contra o Brasil) se aplicariam sobre a mesma gama de produtos, principalmente aqueles com potencial inflacionário nos EUA.

Ainda segundo Barral, a sobretaxa de 12,5% substituiria a atual tarifa de 10% aplicada a todos os parceiros comerciais dos EUA. A investigação contra trabalho forçado abordou 60 países que representam 99% do comércio externo americano e encontrou falhas em todo o grupo.

Trata-se do pior cenário

possível para o Brasil, e não se sabe ainda que tipo de conta o USTR poderá propor a Trump no relatório final. Há possibilidade, por exemplo, que o governo americano estabeleça combinações para que uma investigação se sobreponha à outra, embora isso seja visto como improvável.

Após a conclusão da investigação da seção 301 que prevê um novo tarifaço de 25% sobre produtos brasileiros, o USTR (Escritório do Representante de Comércio dos Estados Unidos) divulgou na madrugada desta quarta-feira (3) uma nova análise que também inclui o Brasil. Trata-se do caso investigado sobre o suposto uso de trabalho forçado por 59 países e a União Europeia.

Folhapress

Indústria cresce 0,7% em abril, quarto mês seguido de avanço

A produção industrial brasileira teve alta de 0,7% em abril de 2026 frente a março de 2026, na série com ajuste sazonal, quarto mês seguido de aumento, acumulando 4,4% de avanço neste período.

Os dados são da Pesquisa Industrial Mensal (PIM), divulgada nesta quarta-feira (3), pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Com o resultado, a indústria está 4,7% acima do patamar pré-pandemia (fevereiro de 2020), mas registra 12,9% abaixo do nível recorde, alcançado em maio de 2011.

A indústria brasileira acumula crescimento de 1,7% nos quatro primeiros meses de 2026 frente ao mesmo período do ano anterior.

Na passagem de março para abril de 2026, duas das quatro grandes categorias econômicas e 14 dos 25 ramos industriais pesquisados avançaram na produção. As influências mais significativas vieram dos segmentos de indústrias extrativas (3,1%) e coque, produtos derivados do petróleo e biocombustíveis (3,1%),

ambas crescendo pelo quinto mês consecutivo.

"Nestas atividades, as pressões positivas mais relevantes vieram de óleos brutos de petróleo, gás natural e minério de ferro, no caso do setor extrativo, e de álcool etílico e dos derivados do petróleo, especialmente o óleo diesel, para a atividade dos derivados do petróleo e biocombustíveis", explicou o gerente da PIM, André Macedo.

Segundo o IBGE, outras contribuições positivas sobre o total da indústria vieram de produtos de borracha e de material plástico (3,1%), produtos de madeira (8,5%), produtos têxteis (4,1%) e máquinas, aparelhos e materiais elétricos (2,2%).

Por outro lado, entre as 11 atividades que recuaram na produção, produtos químicos (-3,9%) exerceu a principal influência no mês. "Destaca-se também os impactos negativos dos setores de produtos farmacêuticos e farmacêuticos (-6,0%), máquinas e equipamentos (-2,9%), veículos automotores, reboques e carrocerias (-0,7%) e metalurgia (-1,0%)", diz o IBGE.

ABR

BC alerta que endividamento das famílias está historicamente alto e segue aumentando



O Comef (Comitê de Estabilidade Financeira) do Banco Central alertou, em ata divulgada nesta quarta-feira (3), que o endividamento e o comprometimento de renda das famílias brasileiras estão historicamente elevados e seguiram crescendo.

Segundo o colegiado do BC, o contínuo aumento de modalidades de crédito mais caras na composição da dívida das famílias deve continuar impactando o comprometimento da renda. "Esse cenário requer cautela e diligência adicionais no mercado de crédito", disse.

Em março, o nível de endividamento ficou em 49,8% próximo do recorde

histórico (49,9%) da série iniciada em 2005, e o comprometimento de renda estava em 29,3%.

No cálculo do endividamento das famílias, o BC considera o saldo das dívidas no mês em relação à renda disponível acumulada nos últimos 12 meses. Já o comprometimento de renda é calculado a partir do saldo das dívidas das famílias em relação à renda mensal.

O superendividamento da população brasileira levou o governo de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) a relançar o programa Desenrola Brasil, que prevê descontos de até 90% na renegociação de dívidas e juros limitados a 1,99% ao mês.

A nova edição do programa em ano eleitoral é uma

aposta do governo Lula para melhorar a percepção da população em relação à gestão petista na economia.

O governo também prevê lançar uma linha voltada para consumidores adimplentes, ou seja, que não têm pagamentos em atraso, mas estão com a renda bastante comprometida.

Desde o último encontro, em março, o Comef observou que o crédito bancário prosseguiu desacelerando frente a um cenário de juros elevados a taxa básica (Selic) hoje está fixada em 14,5% ao ano.

"Do lado das famílias, o crescimento do crédito arrefeceu nas modalidades de maior risco, mas segue superior ao da carteira de menor risco", afirmou.

Folhapress

POLÍTICA

Lula volta a falar em traição e diz que Flávio é capaz de 'vender o país por interesses mesquinhos'



O presidente Lula (PT) voltou a chamar integrantes da família Bolsonaro de "traidores da pátria" após os novos anúncios de tarifas do governo dos EUA e, sem citar o rival diretamente, disse que o senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) é capaz de "vender o país por interesses mesquinhos".

"O que é triste é que tem brasileiros fomentando essa briga na perspectiva de que, se ele taxar a gente, ele vai prejudicar uma candidatura a presidente da República", afirmou o presidente, sem citar diretamente a família Bolsonaro. "Um imbecil desses não percebe que quem é prejudicado é o povo, não é o Lula".

Nesta semana, o USTR

(Escritório do Representante de Comércio dos Estados Unidos) publicou dois relatórios pedindo novas taxas contra o Brasil que, combinadas, podem atingir 21% da pauta de exportação brasileira aos EUA com uma alíquota de 37,5%.

Nesta terça-feira (2), em meio aos anúncios, o presidente Donald Trump publicou foto do encontro com Flávio, ocorrido na semana passada, elogiando-o como um "jovem inteligente" o parlamentar diz ter pedido a Trump que não aplique tarifas contra o Brasil e também nesta terça publicou carta enviada à Casa Branca com esse mesmo pedido.

"Pedir uma punição ao país na perspectiva de derrotar uma candidatura ou

de levar vantagem é de uma grosseria que eu não posso encontrar outro nome a não ser dizer: em qualquer país do mundo, em qualquer momento histórico, isso seria chamado de traição da pátria. É o que eles fizeram", disse Lula na reunião ministerial desta quarta-feira (3).

"Vocês ministros não podem deixar de dizer em alto e bom som: estão tentando trair o Brasil com interesses mesquinhos, com interesses rasteiros de uma disputa eleitoral. E não há disputa eleitoral em qualquer país do mundo que possa dar valor a alguém que trai a pátria, a alguém que é capaz de vender o seu país por interesses mesquinhos", declarou ainda o petista.

Folhapress

Moraes libera para julgamento ação contra Eduardo Bolsonaro por coação

O ministro Alexandre de Moraes, do STF (Supremo Tribunal Federal), liberou para julgamento a ação contra o ex-deputado federal Eduardo Bolsonaro, que é acusado de coação no curso do processo por sua atuação nos Estados Unidos.

O caso deve ser julgado de forma presencial. A data da análise ainda não foi marcada. Esse agendamento cabe ao ministro Flávio Dino, que é presidente da Primeira Turma do STF.

Em maio, Moraes, que é o relator do caso, pediu as chamadas alegações finais à PGR (Procuradoria-Geral da República) e à defesa de Eduardo. As alegações são a última oportunidade que cada parte tem para manifestar seus argumentos para condenação ou absolvição do réu nos autos do processo.

A PGR pediu a condenação de Eduardo. De acordo com o procurador-geral da República, Paulo Gonet, Eduardo atuou de forma "continuada" para constranger ministros da Corte e interferir no andamento das ações relacionadas à tentativa de golpe de Estado.

Ainda segundo a PGR, o ex-parlamentar articulou nos Estados Unidos medi-

das de pressão internacional contra integrantes do Supremo, incluindo sanções econômicas e diplomáticas, com o objetivo de beneficiar o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL).

"As condutas criminosas estruturaram-se em torno da ameaça de obtenção de sanções estrangeiras, significativamente graves, tanto para os Ministros do Supremo Tribunal Federal como para o Brasil - algumas delas efetivamente aplicadas, após a mobilização de agentes norte-americanos com poder de impor gravames a cidadãos brasileiros", disse Gonet na manifestação.

Já a defesa do Eduardo, feita pela DPU (Defensoria Pública da União), argumentou que o ministro Alexandre de Moraes não poderia atuar no julgamento da ação penal pois seria a "principal vítima" das condutas atribuídas ao ex-parlamentar.

Folhapress



Zema recalibra rota e segura críticas a Flávio



O pré-candidato à presidência da República, Romeu Zema (Novo), recalibrou a rota e deve segurar críticas ao senador e concorrente na disputa ao Palácio do Planalto, Flávio Bolsonaro (PL-RJ).

A pré-campanha de Zema avalia que foi bem sucedida a estratégia de criticar Flávio após a divulgação do áudio do senador pedindo dinheiro ao ex-banqueiro do Master, Daniel Vorcaro.

A tática serviu para diferenciá-lo, por exemplo, de Ronaldo Caiado, que é pré-candidato à presidência pelo PSD e divide o mesmo eleitorado com Zema. O ex-

-governador de Goiás evitou subir o tom contra Flávio.

Caiado cobrou que Flávio prestasse contas e afirmou que cada candidato tem algum problema precisa se explicar.

Zema foi mais contundente e disparou: "Flávio Bolsonaro, ouvir você cobrando dinheiro do Vorcaro é imperdoável. É um tapa na cara dos brasileiros de bem".

Estrategistas do político mineiro, no entanto, entendem que há limites para a aplicação do tom crítico e que Zema já disse o que tinha pra dizer - a não ser que surjam outros escândalos.

A preocupação é com alianças sólidas entre o

Novo e o PL, principalmente no sul do país. Bolsonaroistas se irritaram com os posicionamentos de Zema sobre Flávio e ameaçaram rompimento. Alguns cobravam do Novo que Zema desistisse da candidatura.

Zema e Flávio fizeram agendas conjuntas em Minas durante esta semana e o ex-governador afirmou que "direita estará mais unida que nunca" após encontro com o senador.

Já Flávio afirmou que ele, Caiado e Zema têm "pequenas" diferenças que precisam deixar de lado para derrotar a gestão do PT no país.

CNN



AGRONEGÓCIO

Exportadores minimizam investigação dos EUA e descartam impacto imediato



A utilização da carne bovina brasileira como um dos principais exemplos da investigação sobre trabalho forçado aberta pelos Estados Unidos não gerou preocupação imediata entre exportadores do setor.

A apuração conduzida pelo USTR (Escritório do Representante de Comércio dos Estados Unidos) sugere a aplicação de sobretaxas no caso de trabalho forçado em cadeias produtivas de países investigados, que vão de 10% a 12,5%. Mas a carne bovina brasileira ficou de fora também dessa lista de produtos dos 60 países investigados.

Para o setor, essa exclusão demonstra a importância do produto brasileiro para a indústria

de alimentos dos EUA, que hoje vivencia uma redução de rebanho histórica e precisa importar carne.

Exportadores ouvidos pela CNN em condição de reserva avaliam que eventuais restrições comerciais contra o produto teriam potencial para elevar custos da indústria americana e pressionar os preços ao consumidor nos Estados Unidos.

A leitura é que a proposta possui forte componente político e faz parte de um movimento mais amplo para tentar conter o avanço da competitividade do agronegócio brasileiro em mercados internacionais, como a China, onde o Brasil colocou a maior parte das exportações mundiais no ano passado.

Apesar das críticas, praticamente toda a cadeia da carne bovina ficou de fora da lista de produtos que poderiam ser atingidos pelas medidas propostas pelo governo americano, com o novo tarifaço de 25%.

O anexo de exceções inclui cortes frescos, refrigerados e congelados, carnes com e sem osso, miúdos bovinos e diversos produtos processados.

Na avaliação de fontes ligadas às exportações, a decisão está diretamente relacionada à situação da pecuária americana.

Os Estados Unidos atravessam um período de redução do rebanho bovino, que atingiu os menores níveis em décadas, enquanto a demanda doméstica permanece elevada. CNN

Exportadores de mel buscam reverter sobretaxa nos EUA



Com a intensificação da pressão do governo dos Estados Unidos sobre produtos brasileiros, o setor apícola entrou na lista de segmentos preocupados com a proposta de sobretaxa de 25% apresentada pelo USTR (Escritório do Representante Comercial dos EUA).

A medida, anunciada após a conclusão de uma investigação comercial iniciada em julho de 2025, ainda passará por consulta pública antes de uma decisão final da administração norte-americana.

Em nota divulgada, a Abemel (Associação Brasileira dos Exportadores de Mel) afirmou receber com

Café recua em Nova York com previsão de safra recorde no Brasil

Os preços futuros do café encerraram a sessão desta quarta-feira (03) em forte queda na bolsa de Nova York. O contrato futuro com vencimento em julho recuou 2,35% e fechou cotado a US\$ 2.531,00 por libra-peso.

O Barchart apontou que o movimento de baixa foi generalizado, com o café arábica atingindo o menor nível em um ano e meio.

A pressão sobre as cotações está relacionada à perspectiva de uma safra recorde no Brasil. O Serviço Agrícola Estrangeiro do Departamento de Agricultura dos Estados Unidos projetou produção brasileira de 71,9 milhões de sacas em 2026/27, alta de 14% em relação ao ciclo anterior.

O cenário também foi reforçado por atualização do Rabobank, que elevou sua estimativa de excedente global de café arábica para 2026/27 de 7 milhões para 9,5 milhões de sacas, ampliando a percepção de oferta abundante no mercado internacional.

Os preços futuros do

açúcar encerraram a sessão em queda na bolsa de Nova York, com o contrato com entrega em julho recuou 0,97% e fechou cotado a US\$ 14,24 por libra-peso.

O Barchart apontou que o movimento foi influenciado pela perda de fôlego após a alta inicial do dia, com o açúcar em Nova York recuando da máxima de uma semana.

A valorização do índice do dólar, que atingiu o maior nível quase dois meses, também pressionou as cotações, levando à liquidação de posições compradas no mercado futuro.

Além disso, a perspectiva de ampla oferta global segue pesando sobre os preços. Na última semana, a União da Indústria de Cana-de-Açúcar e Bioenergia informou que a produção de açúcar do Centro-Sul do Brasil na safra 2026/27, em abril, subiu 55,3% em relação ao ano anterior, para 2,475 milhões de toneladas, impulsionada por maior rendimento da cana, com teor de sacarose de 112,58 kg por tonelada, alta de 5,4% na comparação anual. CNN



preocupação a inclusão do mel brasileiro entre os produtos sujeitos às tarifas adicionais previstas na Seção 301 da legislação comercial dos Estados Unidos.

Segundo a entidade, o mercado norte-americano é um dos principais destinos do mel produzido no Brasil, especialmente do mel orgânico, cuja cadeia produtiva envolve milhares de apicultores, muitos deles ligados à agricultura familiar.

A associação destaca que o setor construiu ao longo de décadas uma relação comercial baseada em padrões de qualidade, rastreabilidade e exigências sanitárias compatíveis com as normas internacionais.

A associação informou que mantém diálogo com diferentes áreas do governo federal responsáveis pela política comercial e pelas negociações internacionais, na tentativa de reverter a medida e retirar o mel brasileiro da lista de produtos afetados.

Na avaliação da entidade, o impacto da tarifa não se restringe ao Brasil. A associação argumenta que o mel orgânico brasileiro ocupa posição estratégica no mercado dos Estados Unidos e que não há fornecedores alternativos capazes de atender, com a mesma escala e especificidade, à demanda da indústria e dos consumidores norte-americanos. CNN

PUBLICIDADE LEGAL

Arteris S.A.

CNPJ/MF nº 02.919.555/0001-67 – NIRE 35.300.322.746 – Companhia Aberta

Ata da Reunião do Conselho de Administração realizada em 13 de março de 2026

1. Data, Hora e Local: Aos 13/03/2026, às 10:00 horas, na sede da Arteris S.A. ("Companhia"), na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 510, 12º andar, São Paulo-SP. **2. Convocação e Presença:** Dispensada, tendo em vista a presença da totalidade dos conselheiros. **3. Mesa:** Presidente: Sr. Nilton Leonardo Fernandes de Oliveira; Secretária: Sra. Flávia Lúcia Mattioli Tâmega. **4. Ordem do Dia:** 4.1 Deliberar sobre a eleição dos membros dos seguintes Comitês de assessoria da Companhia: (i) Comitê Financeiro; (ii) Comitê de Fusões e Aquisições; (iii) Comitê de Auditoria e Compliance; (iv) Comitê de Recursos Humanos; (v) Comitê Técnico; e (vi) Comitê ESG. **5. Deliberação:** Após análise e discussão, os conselheiros, por unanimidade, deliberaram o que segue: **5.1 Reeleger**, para os cargos de membros do Comitê Financeiro, para um mandato de 2 anos, os seguintes representantes: a) Sr. Marti Carbonell Mascará, portador da cédula de identidade espanhola DNI nº 46236820-N e do CPF/MF sob o nº 712.856.461-69; b) Sr. José Luís Viejo Belón, portador da cédula de identidade espanhola DNI nº 42.837.779-A; c) Sr. Victor Enseñat Coe, portador da cédula de identidade espanhola DNI nº 38.136.557-G; d) Sr. Carlos Garcia Cabrera, portador da cédula de identidade espanhola DNI nº 48312214R e do CPF/MF sob o nº 717.015.691-16; e) Sr. Daniel Ventin Moraes, portador da cédula de identidade espanhola DNI nº 44262795P; f) Sr. Marcos Pinto Almeida, portador da cédula de identidade RG nº 4.014.002 SSP/MG e do CPF/MF sob o nº 835.202.366-72; g) Sr. Ronald José Paz Vargas, portador da cédula de identidade para estrangeiros RNE nº G428072-Q e do CPF/MF sob o nº 240.623.018.06; h) Sr. Bruno Henrique Lopez Lima, portador da cédula de identidade RG nº 29.832.672-3 e do CPF/MF sob o nº 319.832.398-36; i) Sr. Gabriel Tonanni Riva, portador da cédula de identidade RG nº 47.090.588-8 e do CPF/MF sob o nº 416.540.838-79; j) Sr. Fernando Bernardes Boniolo Ziziotti, portador da cédula de identidade RG nº 25.842.382 SSP-SP e do CPF/MF sob o nº 220.391.938-80; k) Sr. Nilton Leonardo Fernandes de Oliveira, portador da cédula de identidade RG nº 10.341.661-6 e do CPF/MF sob o nº 071.000.747-70; l) Sra. Flávia Lúcia Mattioli Tâmega, portadora da cédula de identidade RG nº 24.757.624-4 SSP/SP e do CPF/MF sob o nº 252.120.228-27; e m) Sra. Giane Luza Zimmer Freitas, portadora da cédula de identidade RG nº 34.147.024-3 e do CPF/MF sob o nº 000.925.867-16. **5.2 Reeleger**, para os cargos de membros do Comitê Fusões e Aquisições, para um mandato de 2 anos, os seguintes representantes: a) Sr. José Luís Viejo Belón, portador da cédula de identidade espanhola DNI nº 42.837.779-A; b) Sr. Victor Enseñat Coe, portador da cédula de identidade espanhola DNI nº 38.136.557-G; c) Sr. Carlos Garcia Cabrera, portador da cédula de identidade espanhola DNI nº 48312214R e do CPF/MF sob o nº 717.015.691-16; d) Sr. Xavier Perucho Hontecillas, portador da cédula de identidade espanhola DNI nº 46604318Q; e) Sr. Marcos Pinto Almeida, portador da cédula de identidade RG nº 4.014.002 SSP/MG e do CPF/MF sob o nº 835.202.366-72; f) Sr. Fernando Martinez Caro, portador do passaporte espanhol nº XDB249983 e do CPF/MF sob o nº 237.843.578-90; g) Sr. Bruno Henrique Lopez Lima, portador da cédula de identidade RG nº 29.832.672-3 e do CPF/MF sob o nº 319.832.398-36; h) Sr. Ronald José Paz Vargas, portador da cédula de identidade para estrangeiros RNE nº G428072-Q e do CPF/MF sob o nº 240.623.018.06; i) Sr. Nilton Leonardo Fernandes de Oliveira, portador da cédula de identidade RG nº 10.341.661-6 e do CPF/MF sob o nº 071.000.747-70; j) Sra. Giane Luza Zimmer Freitas, portadora da cédula de identidade RG nº 34.147.024-3 e do CPF/MF sob o nº 000.925.867-16; e k) Sra. Flávia Lúcia Mattioli Tâmega, portadora da cédula de identidade RG nº 24.757.624-4 SSP/SP e do CPF/MF sob o nº 252.120.228-27. **5.4 Reeleger**, para os cargos de membros do Comitê de Auditoria e Compliance, para um mandato de 2 anos, os seguintes representantes: a) Sr. Marti Carbonell Mascará, portador da cédula de identidade espanhola DNI nº 46236820-N e do CPF/MF sob o nº 712.856.461-69; b) Sra. Rosana Ramirez Bigorda, portadora da cédula de identidade espanhola DNI nº 38150631W; c) Sr. Fernando Bernardes Boniolo Ziziotti, portador da cédula de identidade RG nº 25.842.382 SSP-SP e do CPF/MF sob o nº 220.391.938-80; d) Sr. Marcos Roberto Pereira Kovacs, portador da cédula de identidade RG nº 10.982.826-9; e) Sra. Giselle Guedes da Graça Aranha Boiteux, inscrita na OAB/RJ sob o nº 161.050, e no CPF/MF sob o nº 053.928.417-32; f) Sr. Breno Magalhães Galvão, portador da cédula de identidade RG nº 10.217.559-3 e do CPF/MF sob o nº 013.351.957-00; g) Sra. Olga Polo Gómez, portadora da cédula de identidade espanhola nº 46604318Q; e h) Sra. Flávia Lúcia Mattioli Tâmega, portadora da cédula de identidade RG nº 24.757.624-4 SSP/SP e do CPF/MF sob o nº 252.120.228-27. **5.5 Reeleger**, para os cargos de membros do Comitê Recursos Humanos, para um mandato de 2 anos, os seguintes representantes: a) Sr. Marcos Pinto Almeida, portador da cédula de identidade RG nº 4.014.002 SSP/MG e do CPF/MF sob o nº 835.202.366-72; b) Sr. Fernando Bernardes Boniolo Ziziotti, portador da cédula de identidade RG nº 25.842.382 SSP-SP e do CPF/MF sob o nº 220.391.938-80; c) Sr. Bruno Henrique Lopez Lima, portador da cédula de identidade RG nº 29.832.672-3 e do CPF/MF sob o nº 319.832.398-36; d) Sr. Marti Carbonell Mascará, portador da cédula de identidade espanhola DNI nº 46236820-N e do passaporte nº PAE999660, inscrito no CPF/MF sob o nº 712.856.461-69; e) Sr. Jorge Fernandez Montoli, portador do passaporte espanhol nº PAF894784 e do CPF/MF sob o nº 713.737.171-06; e f) Sr. Antoni Enrich Grau, portador da cédula de identidade espanhola DNI nº 46.588.564-V. **5.4 Reeleger**, para os cargos de membros do Comitê Técnico, para um mandato de 2 anos, os seguintes representantes: a) Sr. Jorge Fernandez Montoli, portador do passaporte espanhol nº PAF894784 e do CPF/MF sob o nº 713.737.171-06; b) Sr. Xavier Perucho Hontecillas, portador da cédula de identidade espanhola DNI nº 46604318Q; c) Sr. Victor Enseñat Coe, portador da cédula de identidade espanhola DNI nº 38.136.557-G; d) Sr. Fernando Martinez Caro, portador do passaporte espanhol nº XDB249983 e do CPF/MF sob o nº 237.843.578-90; e) Sr. André Marques Borges, portador do passaporte português nº N208891; f) Sr. Bruno Henrique Lopez Lima, portador da cédula de identidade RG nº 29.832.672-3 e do CPF/MF sob o nº 319.832.398-36; g) Sr. Luiz Cesar Lindgren Costa, portador da cédula de identidade RG nº 06.082.925-6 IFPRJ e do CPF/MF sob o nº 871.545.877-68; h) Sr. Nilton Leonardo Fernandes de Oliveira, portador da cédula de identidade RG nº 10.341.661-6 e do CPF/MF sob o nº 071.000.747-70; i) Sr. Alisson de Almeida Freire, portador da cédula de identidade RG nº 108.774.142 IFPRJ e do CPF/MF sob o nº 081.134.447.93; j) Sra. Flávia Lúcia Mattioli Tâmega, portadora da cédula de identidade RG nº 24.757.624-4 SSP/SP e do CPF/MF sob o nº 252.120.228-27; e k) Sra. Giane Luza Zimmer Freitas, portadora da cédula de identidade RG nº 34.147.024-3 e do CPF/MF sob o nº 000.925.867-16. **5.5 Reeleger**, para os cargos de membros do Comitê ESG, para um mandato de 2 anos, os seguintes representantes: a) Sra. Kate O'Reilly, portadora da cédula de identidade HK 939720; b) Sr. Bruno Henrique Lopez Lima, portador da cédula de identidade RG nº 29.832.672-3 e do CPF/MF sob o nº 319.832.398-36; c) Sr. Gabriel Tonanni Riva, portador da cédula de identidade RG nº 47.090.588-8 e do CPF/MF sob o nº 416.540.838-79; d) Sr. Jorge Fernandez Montoli, portador do passaporte espanhol nº PAF894784 e do CPF/MF sob o nº 713.737.171-06; e) Sr. Marti Carbonell Mascará, portador da cédula de identidade espanhola DNI nº 46236820-N e do CPF/MF sob o nº 712.856.461-69; f) Sra. Sara Rodriguez Martinez, portadora da cédula de identidade espanhola DNI nº 40.990.676-F; g) Sra. Giane Luza Zimmer Freitas, portadora da cédula de identidade RG nº 34.147.024-3 e do CPF/MF sob o nº 000.925.867-16; e h) Sra. Christiana Almeida Costa, portadora da cédula de identidade RG nº MG-6.186.123 e do CPF/MF sob o nº 954.014.746-87. **5.6 Aprovar** a lavratura desta ata em forma de sumário, em conformidade com o disposto no artigo 130, § 1º, da Lei 6404/76. **6. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi lavrada a presente Ata, que lida e achada conforme, foi assinada por todos os presentes: **Mesa:** Sr. Nilton Leonardo Fernandes de Oliveira e Sra. Flávia Lúcia Mattioli Tâmega; **Conselheiros:** Sérgio Moniz Barretto Garcia, Marcos Pinto Almeida, Fernando Martinez Caro, Ronald José Paz Vargas, Francisco José Aljaro Navarro, Marti Carbonell Mascará, Jorge Fernandez Montoli e Carlos Garcia Cabrera. São Paulo, 13/03/2026. *Confere com a original lavrada em livro próprio* Flávia Lúcia Mattioli Tâmega – Secretária da Mesa. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 223.432/26-0 em 01/06/2026. Marina Centurion Dardani – Secretária Geral.

Hidroviás do Brasil S.A.

CNPJ/MF nº 12.648.327/0001-53 – NIRE 35.300.383.982 – Companhia Aberta – Categoria A
Edital de Primeira Convocação da Assembleia Geral de Debenturistas da 4ª (quarta) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirográfrica, com Garantia Fidejussória, em duas Séries, para Distribuição Pública, da Hidroviás do Brasil S.A.

Nos termos do artigo 124, § 1º, inciso II e do artigo 71, § 2º, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações") e da Cláusula 9.7.1 do "Instrumento Particular de Escritura da 4ª (Quarta) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirográfrica, com Garantia Fidejussória, em Duas Séries, para Distribuição Pública, em Rito de Registro Automático de Distribuição, da Hidroviás do Brasil S.A." celebrado em 9 de maio de 2025, conforme aditado ("Escritura de Emissão"), entre a Hidroviás do Brasil S.A., sociedade por ações com registro de emissor de valores mobiliários categoria "A" perante a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), em fase operacional, com sede na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Luis Antônio, nº 1.343, 7º andar, Ala A, Bela Vista, CEP 01317-910, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ") sob o nº 12.648.327/0001-53, com seus atos constitutivos registrados perante a Junta Comercial do Estado de São Paulo ("JUCESP") sob o NIRE 35.300.383.982 ("Emissora"), e a **Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.**, instituição financeira, com sede na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, na Avenida das Nações Unidas, nº 12.901, 11º andar, conjuntos 1101 e 1102, Torre Norte, Centro Empresarial Nações Unidas (CENU), Brooklin, CEP 04578-910, inscrita no CNPJ sob o nº 36.113.876/0004-34, representando os interesses da comunhão dos titulares das Debêntures (conforme abaixo definidas) ("Agente Fiduciário" e "Debenturistas", respectivamente), ficam os Debenturistas da 4ª (quarta) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirográfrica, com garantia fidejussória, em duas séries, da Emissora ("Debêntures" e "Emissão", respectivamente) e o Agente Fiduciário, convocados a participar da assembleia geral de Debenturistas ("Assembleia Geral de Debenturistas" ou "Assembleia"), que se realizará, em primeira convocação, no dia 26 de junho de 2026, às 14h00, de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma eletrônica "Plataforma Atlas AGM" (sem prejuízo da possibilidade de adoção de instrução de voto à distância previamente à realização da Assembleia) ("Plataforma Digital"), conforme Resolução da CVM nº 81, de 29 de março de 2022, conforme alterada ("Resolução CVM 81") e em observância ao disposto neste edital de convocação, publicado nos termos da Lei das Sociedades por Ações, conforme previsto na Cláusula 9.12 da Escritura de Emissão ("Edital"), com a finalidade de apreciar e deliberar a respeito das seguintes matérias ("Ordem do Dia"): (i) alteração da Cláusula 5.1.1 da Escritura de Emissão e demais dispositivos relacionados, a fim de (a) excluir os períodos de carência atualmente aplicáveis ao Resgate Antecipado Facultativo das Debêntures, quais sejam (1) a partir de 11 de junho de 2027, em relação às Debêntures da Primeira Série; e (2) a partir de 11 de junho de 2028, em relação às Debêntures da Segunda Série, de modo a permitir que a Emissora realize o Resgate Antecipado Facultativo das Debêntures, a qualquer tempo e a seu exclusivo critério, a partir da data da Assembleia, e/ou (b) alterar, flexibilizar ou substituir as condições atualmente previstas para o exercício do Resgate Antecipado Facultativo, incluindo, conforme aplicável, (1) os prazos e formas de comunicação aos Debenturistas; (2) os procedimentos operacionais para a implementação do Resgate Antecipado Facultativo; (3) eventuais tratamentos específicos por Série; e (4) demais termos e condições eventualmente negociados entre as Partes; (ii) alteração das Cláusulas 6.1.1 e 6.1.2 da Escritura de Emissão, de modo que o Evento de Vencimento Antecipado atualmente previsto no item (vii) da Cláusula 6.1.1 deixe de ser qualificado como um dos Eventos de Vencimento Antecipado que acarretam o vencimento automático das Debêntures e passe a ser considerado como um dos Eventos de Vencimento Antecipado não automáticos previstos na Cláusula 6.1.2, podendo ser realizados, em decorrência ou em conexão com tal alteração, quaisquer ajustes acessórios ou complementares que venham a ser negociados com os Debenturistas, ficando estabelecido que, na hipótese de sua ocorrência, caberá ao Agente Fiduciário convocar Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar sobre a eventual não declaração do vencimento antecipado das Debêntures, nos termos das Cláusulas 6.4 e 6.5 da Escritura de Emissão; e (iii) caso aprovados os itens (i) e (ii) da Ordem do Dia, autorização para que a Emissora, em conjunto com o Agente Fiduciário, na qualidade de representante dos Debenturistas, pratique todos os atos necessários para dar efeito às deliberações aprovadas na Assembleia Geral de Debenturistas. Ainda, a Emissora informa que, como forma de compensação e incentivo à aprovação integral das matérias constantes da Ordem do Dia descritas acima, a Emissora poderá aceitar contrapartidas financeiras propostas pelos Debenturistas, incluindo o pagamento de prêmio ou outra condição econômica combinada para as Debêntures ou cada Série, conforme aplicável, as quais, conforme aplicáveis, serão comunicadas pela Emissora aos Debenturistas com antecedência mínima de 3 (três) Dias Úteis à data da Assembleia Geral de Debenturistas a ser realizada em primeira convocação, por meio de atualização da Proposta da Administração divulgada pela Emissora nesta data. A Proposta da Administração poderá sofrer ajustes, sendo permitido seu aprimoramento ou alteração com antecedência mínima de 3 (três) Dias Úteis antes da data designada para a Assembleia Geral de Debenturistas. Os termos descritos em letras maiúsculas não definidos no presente Edital terão o significado a eles conferidos na Escritura de Emissão. Fica registrado, nos termos da Cláusula 9.9.2 da Escritura de Emissão, que as matérias constantes na Ordem do Dia deverão ser aprovadas por Debenturistas que representem, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) dos titulares de Debêntures em Circulação da respectiva Série, em primeira ou em segunda convocação. **1. Local:** A Assembleia Geral de Debenturistas será realizada de forma exclusivamente digital e remota, por meio da Plataforma Digital, conforme instruções dispostas no parágrafo das "Informações Gerais" abaixo, considerando-se, portanto, como realizada na sede da Emissora, nos termos do § 2º do artigo 71 da Resolução CVM 81. **2.** A Emissora disponibilizará: (i) Plataforma Digital para participação e votação remota; e (ii) instrução de voto à distância. **3. Instruções Gerais:** De modo a se habilitarem para participar da Assembleia Geral de Debenturistas, os Debenturistas deverão observar as seguintes etapas, nesta ordem: (a) acessar o website específico para a Assembleia Geral de Debenturistas no endereço (www.atlasagm.com) ou em aplicativo da Plataforma Digital disponível na Apple App Store e na Google Play Store e preencher o seu cadastro; (b) após a realização do cadastro, acessar a assembleia específica de seu interesse na Plataforma Digital; e (c) proceder ao envio dos documentos indicados nos subitens (i) a (iii) abaixo, preferencialmente, até 2 (dois) dias antes da data de realização da Assembleia Geral de Debenturistas, ou seja, até 24 de junho de 2026, às 14h00, na forma do disposto no artigo 72, § 1º, da Resolução CVM 81. O simples cadastro na Plataforma Digital (etapa "a" acima) não constitui, por si só, habilitação para participação na Assembleia Geral de Debenturistas, sendo necessária a submissão completa da documentação conforme item 3.3 abaixo. São os seguintes documentos exigidos para habilitação ("Debenturistas Habilitados"): (i) quando **pessoa física**, cópia digitalizada de documento de identidade válido com foto do Debenturista; (ii) quando **pessoa jurídica**, cópia digitalizada do último estatuto social ou contrato social consolidado, conforme aplicável, devidamente registrado na junta comercial competente; (b) documentos societários que comprovem os poderes de representação legal do Debenturista, qual seja, ata de eleição do(s) representante(s) legal(is) presente(s) ou que assinou(aram) a procuração, se for o caso; e (c) documento de identidade válido com foto do representante legal; (iii) quando **fundo de investimento**, (a) cópia digitalizada do último regulamento consolidado do fundo; (b) estatuto ou contrato social do seu administrador ou gestor, conforme o caso, observada a política de voto do fundo e documentos societários que comprovem os poderes de representação em Assembleia Geral de Debenturistas; e (c) documento de identidade válido com foto do representante legal; **3.1.** Nos termos do artigo 71 da Resolução CVM 81, além da participação e do voto à distância durante a Assembleia Geral de Debenturistas, por meio da Plataforma Digital, também será admitido o preenchimento e envio de instrução de voto à distância, conforme modelo disponibilizado pela Emissora no seu website (<https://ri.hbsa.com.br/>) e atendidos os requisitos apontados no referido modelo, o qual deverá ser enviado à Emissora com cópia ao Agente Fiduciário, para os endereços eletrônicos ri@hbsa.com.br e af.assembleias@oliveiratrust.com.br, preferencialmente, até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia Geral de Debenturistas, ou seja, até 24 de junho de 2026, às 14h00. A instrução de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Debenturista, ou por seu representante legal (sendo admitida a assinatura digital), e deverá ser enviada com a antecedência acima mencionada acompanhada dos instrumentos de representação do Debenturista. Mesmo após o eventual envio de instrução de voto, os Debenturistas poderão participar da Assembleia Geral de Debenturistas por meio da Plataforma Digital, de acordo com o disposto neste edital de convocação, podendo exercer seu voto diretamente na Assembleia Geral de Debenturistas, hipótese em que terão sua instrução de voto previamente enviada desconsiderada. O acesso via a Plataforma Digital estará restrito aos Debenturistas que se credenciarem, nos termos aqui descritos. **3.2.** Caso o Debenturista não possa estar presente à Assembleia Geral de Debenturistas e seja representado por um procurador, além dos respectivos documentos indicados acima, deverá encaminhar procuração com poderes específicos para sua representação na Assembleia Geral de Debenturistas, obedecidas as condições legais, acompanhado de documento de identidade válido com foto do outorgante, caso a procuração não tenha reconhecimento de firma. **3.3.** Após a submissão completa da documentação indicada no item 3 acima e a respectiva análise pela Emissora, o Debenturista receberá, no endereço de e-mail cadastrado na Plataforma Digital, confirmação da aprovação ou da rejeição justificada de sua habilitação, acompanhada, em caso de aprovação, das respectivas instruções para acesso à Plataforma Digital na Assembleia Geral de Debenturistas. Somente serão admitidos na Assembleia Geral de Debenturistas os Debenturistas Habilitados e seus representantes ou procuradores, nos termos da Lei das Sociedades por Ações. **3.4.** Caso o Debenturista que tenha se cadastrado devida e tempestivamente para participação na Assembleia Geral de Debenturistas não receba o e-mail com a confirmação da aprovação ou rejeição da sua habilitação na Plataforma Digital até 25 de junho de 2026, às 14h00, deverá entrar em contato com a Emissora pelo e-mail ri@hbsa.com.br, a fim de que lhe sejam reenviadas as respectivas instruções para acesso. **3.5.** A Emissora recomenda que os Debenturistas Habilitados acessem a Plataforma Digital com antecedência de, no mínimo, 30 (trinta) minutos do início da Assembleia Geral de Debenturistas, a fim de evitar eventuais problemas operacionais, e que os Debenturistas Habilitados se familiarizem previamente com a Plataforma Digital para evitar problemas com a sua utilização no dia da Assembleia Geral de Debenturistas. **3.6.** A Emissora não se responsabiliza por problemas de conexão que os Debenturistas Habilitados venham a enfrentar e outras situações que não estejam sob o controle da Emissora (e.g., instabilidade na conexão do Debenturista Habilitado com a internet ou incompatibilidade da Plataforma Digital com o equipamento do Debenturista, entre outros). **3.7.** Os Debenturistas Habilitados que participarem via Plataforma Digital, de acordo com as instruções aqui previstas, serão considerados presentes à Assembleia Geral de Debenturistas e assinantes da ata e do livro de presença. **3.8.** Por fim, a Emissora esclarece, caso sejam editadas normas legais ou regulamentares alterando as orientações acima até 48 (quarenta e oito) horas antes da realização da Assembleia Geral de Debenturistas, que poderá adotar os procedimentos previstos nas referidas normas para que a Assembleia Geral de Debenturistas seja realizada em conformidade com tais normas, sendo que, neste caso, a Emissora publicará um novo Edital de Convocação com todas as novas instruções necessárias pelos mesmos meios de comunicação adotados para a publicação deste Edital, sem que tal fato implique a reabertura do prazo de convocação da Assembleia Geral de Debenturistas. **3.9.** Os Debenturistas que fizerem o envio da instrução de voto, e esta for considerada válida, não precisarão acessar o link para participação digital da Assembleia Geral de Debenturistas, sendo sua participação e voto computados de forma automática. Contudo, em caso de envio da instrução de voto de forma prévia pelo Debenturista ou por seu representante legal com a posterior participação na Assembleia Geral de Debenturistas através de acesso ao link e, cumulativamente, manifestação de voto deste Debenturista no ato de realização da Assembleia Geral de Debenturistas, será desconsiderada a instrução de voto anteriormente enviada, conforme disposto no artigo 71, § 4º, da Lei nº 6.404/76. A administração da Emissora reitera aos senhores Debenturistas que não haverá a possibilidade de comparecer fisicamente à Assembleia, uma vez que essa será realizada exclusivamente de modo digital e remoto. Este edital de convocação se encontra disponível nas respectivas páginas do Agente Fiduciário (<https://www.oliveiratrust.com.br/>), da Emissora (<https://ri.hbsa.com.br/>), da CVM na rede mundial de computadores (<http://www.cvm.gov.br>) e da B3 (www.b3.com.br). São Paulo/SP, 05 de junho de 2026.
Hidroviás do Brasil S.A. (05, 06 e 09/06/2026)

Cotação das Moedas

Coroa (Suécia) - 0,5365
Dólar (EUA) - 5,0415
Franco (Suíça) - 6,376
Iene (Japão) - 0,03152
Libra (Inglaterra) - 6,7738
Peso (Argentina) - 0,003513
Peso (Chile) - 0,005636
Peso (México) - 0,291
Peso (Uruguai) - 0,1252
Yuan (China) - 0,7448
Rublo (Rússia) - 0,06831
Euro (Unidade Monetária Europeia) - 5,8512

Pluxee Instituição de Pagamento Brasil S.A.

CNPJ/MF nº 30.798.783/0001-61 – NIRE 35.300.518.233

Ata de Assembleia Geral Ordinária realizada em 30/04/2026

Data, Hora e Local: 30/04/2026, às 10h30, na sede social. **Presença:** Acionista representando a totalidade do capital social, conforme se verifica no Livro de Presença de Acionistas. **Mesa:** Presidente: Sr. Thierry Noel Michel Guilhaud; Secretário: Sr. Guilherme Rocha Vieira. **Abertura:** Aprovada a lavratura da presente Ata em forma de sumário. **Esclarecimentos Preliminares:** 1) A Companhia não está obrigada à publicação das Demonstrações Financeiras, nos termos do Artigo 294, da Lei nº 6.404/76 ("LSA"), uma vez que não atingiu, no exercício social encerrado em 2025, o limite de receita bruta anual que enseja tal obrigação legal; e 2) Em decorrência do disposto acima, restam dispensadas as publicações previstas nos artigos 133 e 289 da LSA, sem prejuízo do integral cumprimento dos requisitos legais de transparência e do dever de prestação de informação aos acionistas. **Deliberações aprovadas:** (i) **Aprovada** as contas da Diretoria, relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2025; (ii) **Aprovada** as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social em 31/12/2025; (iii) O lucro líquido apurado no exercício social encerrado em 31/12/2025 foi destinado à compensação do prejuízo acumulado, em estrita conformidade com o artigo 189 da Lei nº 6.404/1976, permanecendo devidamente refletido na conta de "Prejuízos Acumulados", integrante do patrimônio líquido da Companhia. Nada mais. JUCESP nº 216.932/26-9 em 19/05/2026. Marina Centurion Dardani – Secretária Geral.

Hidroviás do Brasil Administração Portuária Santos S.A.

CNPJ/MF nº 34.189.633/0001-01 – NIRE 35.300.538.391

Ata da Assembleia Geral Ordinária realizada em 30 de abril de 2026

Data, Horário e Local: 30/04/2026, às 11h00, na sede da Companhia. **Publicações:** Devidamente publicados no jornal Data Mercantil em 03/04/2026. Os referidos documentos foram colocados à disposição da única acionista da Companhia (inclusive por meio digital). **Convocação e Presença:** Dispensadas as formalidades de convocação tendo em vista a presença da única acionista da Companhia, representando a totalidade de seu capital social. **Mesa:** André Saleme Hachem, Presidente; Carlos Arruti Rey, Secretário. **Ordem do Dia:** (i) tomar as contas dos administradores da Companhia relativas ao exercício social findo em 31/12/2025, bem como examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao referido exercício; e (ii) examinar o resultado econômico da Companhia no exercício social encerrado em 31/12/2025, bem como discutir e votar a destinação do resultado do referido exercício. **Deliberações aprovadas:** (i) Aprovar a prestação de contas dos administradores e as demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2025, acompanhadas do Relatório Anual da Administração, das Notas Explicativas e do Relatório dos Auditores Independentes, restando ratificadas todas as operações refletidas nas referidas demonstrações financeiras; e (ii) Consignar que não haverá distribuição de dividendos à acionista, tendo em vista que não houve apuração de lucro líquido no exercício social encerrado em 31/12/2025, tendo sido apurado prejuízo no valor total de R\$ 39.325.042,82, o qual foi integralmente destinado à conta de prejuízos acumulados. Fica a Diretoria da Companhia autorizada a praticar todos os atos necessários para a implementação das deliberações ora aprovadas. **Encerramento:** Nada mais. Santos, 30/04/2026. (ass.) **Mesa:** André Saleme Hachem – Presidente; Carlos Arruti Rey – Secretário. **Acionista:** Hidroviás do Brasil S.A. André Saleme Hachem – Diretor; Carlos Arruti Rey – Diretor. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 214.375/26-2 em 14/05/2026. Marina Centurion Dardani – Secretária Geral.



DATA
MERCANTIL

SEMPRE DIVULGANDO SUAS INFORMAÇÕES E NÚMEROS COM TRANSPARÊNCIA, SEGURANÇA E QUALIDADE.

FALE CONOSCO POR E-MAIL
comercial@datamercantil.com.br

datamercantil.com.br



comercial@datamercantil.com.br

PUBLICIDADE LEGAL

DÓLAR

compra/venda

Câmbio livre BC - R\$ 5,0409 / R\$ 5,0415 **

Câmbio livre mercado - R\$ 5,0638 / R\$ 5,0658 *

Turismo - R\$ 5,0940 / R\$ 5,2740

(*) cotação média do mercado

(**) cotação do Banco Central

Variação do câmbio livre mercado

no dia: +1,11%

BOLSAS

B3 (Ibovespa)

Variação:

−2,22%

Pontos: 170.330

Volume financeiro:

R\$ 28.660.497 bilhões

Maioras altas: Companhia de Saneamento

de Minas Gerais SA

(13,34%), Minerva SA

(2,29%), Suzano SA

(1,95%)

Maioras baixas: Azzas

2154 SA (-8,48%),

Hapvida Participações

e Investimentos SA

(-8,26%), Cosan SA

(-7,73%)

S&P 500 (Nova York):

-0,74%

Dow Jones (Nova York):

-1,21%

Nasdaq (Nova York):

-0,89%

CAC 40 (Paris): -0,71%

Dax 30 (Frankfurt):

-1,31%

Financial 100 (Londres):

-0,4%

Nikkei 225 (Tóquio):

2,5%

Hang Seng (Hong Kong):

-1,56%

Shanghai Composite

(Xangai): 0,22%

CSI 300 (Xangai e

Shenzhen): 0,49%

Merval (Buenos Aires):

-1,86%

IPC (México): -0,88%

ÍNDICES DE INFLAÇÃO

IPCA/IBGE

Agosto 2025: -0,11%

Setembro 2025: 0,48%

Outubro 2025: 0,09%

Novembro 2025: 0,18%

Dezembro 2025: 0,33%

Janeiro 2026: 0,33%

Fevereiro 2026: 0,70%

Março 2026: 0,88%

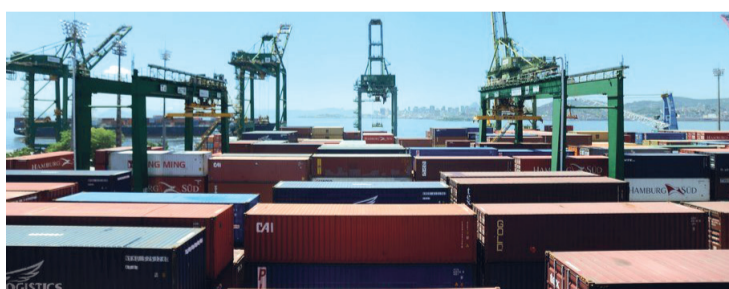
Abril 2026: 0,67%

Mercado Eletrônico S.A.

CNPJ/MF nº 00.117.351/0001-87

| Balancos Patrimoniais - 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em reais) | | | | Demonstrações dos fluxos de caixa - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em Reais) | | | | | |
|---|--------------------|--------------------|--------------------|---|--|---------------------------------------|--|-------------------|---------------------|
| Ativo | Controladora | | Consolidado | | Fluxo de caixa das atividades operacionais: | Controladora | | Consolidado | |
| | 2025 | 2024 | 2025 | 2024 | | 2025 | 2024 | 2025 | 2024 |
| Circulante | 35.319.106 | 42.883.862 | 69.076.588 | 76.130.561 | Lucro líquido do exercício | 4.142.753 | 7.873.639 | 4.142.753 | 7.873.639 |
| Caixa e equivalentes de caixa | 2.029.179 | 2.835.086 | 24.301.232 | 22.599.935 | Ajustes para conciliar o lucro com o caixa gerado pelas atividades operacionais: | | | | |
| Aplicações financeiras | 22.178.079 | 23.712.367 | 22.356.434 | 24.017.241 | Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa | (1.223.782) | (889.723) | (1.819.763) | (113.313) |
| Contas a receber | 8.442.228 | 13.740.997 | 17.360.452 | 23.716.401 | Perda de saldos de títulos incobráveis | 841.537 | 881.749 | 841.537 | 881.749 |
| Adiantamentos | 1.012.733 | 1.045.144 | 1.012.733 | 1.045.144 | Descontos obtidos e descontos concedidos | (252.712) | (151.655) | (252.712) | (151.655) |
| Impostos e contribuições a recuperar | 838.027 | 665.864 | 3.865.571 | 4.502.822 | Depreciações e amortizações | 15.297.642 | 11.454.087 | 15.344.997 | 11.997.416 |
| Partes relacionadas - mútuos | 638.694 | 635.386 | - | - | Equivalência patrimonial | (7.652.580) | (7.827.181) | - | - |
| Despesas antecipadas | 180.166 | 249.018 | 180.166 | 249.018 | Rendimentos de aplicações financeiras | (5.808.117) | (3.577.399) | (5.823.212) | (3.577.399) |
| Não circulante | 75.774.774 | 72.329.539 | 35.069.422 | 35.946.590 | Outras Receitas Operacionais | - | (1.724.677) | - | (1.724.677) |
| Impostos diferidos | - | - | 728.611 | 353.140 | Baixa de imobilizados e intangíveis | 9.111 | 12.216 | 9.111 | 12.216 |
| Outros ativos | - | - | 760.042 | 798.084 | Baixa depreciação e amortização s/ imobilizados e intangíveis | - | (3.665) | - | (3.665) |
| Investimentos | 42.289.659 | 37.632.922 | 30.981 | - | Ajustes em passivos de arrendamento | - | 1.988.462 | - | 1.988.462 |
| Imobilizado | 3.868.427 | 4.164.890 | 3.920.607 | 4.243.293 | Juros sobre passivos de arrendamento | 34.613 | 178.471 | 34.613 | 178.471 |
| Intangível | 29.616.688 | 30.531.727 | 29.629.181 | 30.552.073 | Provisões para contingência | (139.109) | 25.785 | 139.109 | 25.785 |
| Total do ativo | 111.093.880 | 115.213.401 | 104.146.010 | 112.077.151 | Varição em ativos e passivos operacionais | 5.680.782 | (5.714.613) | 7.331.824 | (12.471.755) |
| Passivo | 2025 | 2024 | 2025 | 2024 | Contas a receber de clientes | 5.680.782 | (5.714.613) | 7.331.824 | (12.471.755) |
| Circulante | 34.931.003 | 22.814.419 | 43.063.410 | 36.038.726 | Juros recebidos | 213.384 | 213.384 | 255.062 | 214.164 |
| Financiamentos | 915.278 | 915.278 | 915.278 | 1.498.502 | Adiantamentos | 32.411 | (304.603) | 32.411 | 107.356 |
| Fornecedores | 1.795.397 | 1.897.203 | 2.761.720 | 6.814.900 | Impostos e contribuições a recuperar | (172.163) | (387.766) | (637.251) | (1.774.352) |
| Comissões a pagar | 8.182.148 | 5.079.829 | 10.909.743 | 5.999.357 | Despesas pagas antecipadamente | 68.853 | (129.038) | 118.299 | 118.093 |
| Obrigações sociais | 1.043.110 | 651.697 | 1.154.459 | 615.788 | Outros ativos | - | 14.318 | 373.429 | 1.103.756 |
| Obrigações fiscais | 2.550.070 | 2.243.666 | 5.478.518 | 6.814.009 | Fornecedores e comissões a pagar | 2.944.456 | (831.593) | 841.245 | 3.930.419 |
| Arrendamentos | 654.652 | 603.435 | 654.652 | 603.435 | Juros pagos | (1.827) | (2.035) | (1.828) | (74.111) |
| Provisões | 7.580.032 | 7.513.320 | 7.681.738 | 7.710.031 | Provisões trabalhistas e obrigações sociais | 458.126 | 2.844.582 | 510.377 | (1.544.652) |
| Dividendos a pagar | 10.509.989 | 1.748.592 | 10.509.989 | 1.748.592 | Obrigações fiscais | 309.404 | 148.875 | (1.335.491) | 2.176.873 |
| Receitas diferidas | 1.054.468 | 2.148.489 | 1.258.834 | 2.906.796 | Obrigações diversas | 626.291 | 924.425 | 924.425 | - |
| Outros passivos | 642.859 | 12.910 | 1.738.479 | 1.327.316 | Outros passivos | 3.656 | (13.436) | (1.139.552) | 1.040.733 |
| Não circulante | 33.353.526 | 30.436.393 | 18.453.249 | 14.075.836 | Receitas diferidas | (1.094.022) | (412.941) | (1.647.962) | (121.152) |
| Financiamentos | 16.850.342 | 11.722.775 | 16.850.342 | 11.722.775 | Caixa proveniente das atividades operacionais | 14.358.267 | 3.665.243 | 18.205.421 | 10.334.705 |
| Partes relacionadas - mútuos | 15.264.770 | 16.368.611 | 184.493 | 8.054 | Fluxo de caixa das atividades de investimentos: | 7.342.405 | 5.803.077 | 7.484.018 | 6.452.284 |
| Arrendamentos | 1.418.414 | 2.205.898 | 1.418.414 | 2.205.898 | Aplicações financeiras | (3.308) | (107.181) | - | - |
| Provisão para demandas judiciais | - | 139.109 | - | 139.109 | Empréstimo a partes relacionadas | (1.086.225) | (3.632.598) | (1.108.589) | (3.654.962) |
| Patrimônio líquido | 25.232.336 | 25.232.336 | 25.232.336 | 25.232.336 | Aquisição de imobilizado | (12.985.756) | (10.763.883) | (12.995.717) | (10.777.524) |
| Capital social | 2.121.652 | 1.914.514 | 2.121.652 | 1.914.514 | Caixa aplicado nas atividades de investimentos | (6.732.884) | (8.700.585) | (6.620.288) | (7.980.202) |
| Reserva legal | 6.330.595 | 6.330.595 | 6.330.595 | 6.330.595 | Fluxo de caixa das atividades de financiamentos: | 5.127.567 | 332.655 | 4.544.342 | 829.909 |
| Reservas de capital | 3.415.915 | 6.411.759 | 3.415.915 | 6.411.759 | Financiamentos obtidos | (1.103.840) | 2.160.942 | 176.439 | 635.386 |
| Outros resultados abrangentes | 5.528.853 | 22.073.385 | 5.528.853 | 22.073.385 | Empréstimos obtidos de partes relacionadas | (736.267) | 2.809.333 | 109.977 | 2.283.007 |
| Reserva de lucros | 111.093.880 | 115.213.401 | 104.146.010 | 112.077.151 | Pagamento de passivos de arrendamentos | (11.718.750) | (11.718.750) | (11.718.750) | (11,718.750) |
| Total do passivo e do patrimônio líquido | 111.093.880 | 115.213.401 | 104.146.010 | 112.077.151 | Distribuição de dividendos | (8.431.290) | 5.302.930 | (6.887.992) | 3.748.302 |
| Demonstrações dos Resultados - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em reais) | | | | Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido - Exercícios findos em 31/12/2025 e 2024 (Em reais) | | | | | |
| | Controladora | | Consolidado | | Capital social | Reserva de capital/ legal estatutária | Reservas resultados abran- gentes acumulados | Lucros acumulados | Total |
| | 2025 | 2024 | 2025 | 2024 | | | | | |
| Receita líquida de serviços | 113.368.093 | 99.267.999 | 155.417.725 | 139.990.066 | 25.232.336 | 1.607.066 | 5.100.802 | 1.215.024 | 15.844.953 |
| Custo dos serviços prestados | (60.513.165) | (50.971.394) | (68.184.528) | (62.127.640) | 1.607.066 | - | - | 1.215.024 | 15.844.953 |
| Lucro bruto | 52.854.928 | 48.296.605 | 87.233.197 | 77.862.426 | - | 307.448 | - | - | (307.448) |
| Receitas (despesas) operacionais | (59.053.508) | (47.538.409) | (83.712.779) | (65.711.013) | - | - | - | - | (230.586) |
| Comerciais | (28.868.831) | (26.469.123) | (41.585.246) | (35.748.487) | - | - | - | - | (2.229.793) |
| Gerais e administrativas | (33.864.168) | (27.153.850) | (45.561.431) | (36.064.692) | - | - | - | - | - |
| Despesas tributárias | (278.901) | (345.084) | (524.495) | (356.532) | - | - | - | - | - |
| Outras despesas/receitas operacionais | 3.958.392 | 6.429.648 | 3.958.392 | 6.458.698 | - | - | - | - | - |
| Lucro/(prejuízo) operacional | (6.198.580) | 758.196 | 3.520.417 | 12.151.413 | - | - | - | - | - |
| Resultado de participações em controladas | 7.652.580 | 7.827.181 | (204.070) | (209.000) | - | - | - | - | - |
| Resultado financeiro líquido | 2.688.753 | (634.742) | 2.612.297 | (545.875) | - | - | - | - | - |
| Receitas financeiras | 5.808.117 | 3.577.399 | 5.840.633 | 3.787.417 | - | - | - | - | - |
| Despesas financeiras | (3.119.364) | (4.212.141) | (3.228.336) | (4.333.292) | - | - | - | - | - |
| Lucro antes dos impostos | 4.142.753 | 7.950.635 | 5.928.645 | 11.396.538 | - | - | - | - | - |
| Imposto de renda | - | (50.261) | (1.782.988) | (3.494.852) | - | - | - | - | - |
| Contribuição social | - | (26.734) | (2.904) | (2.904) | - | - | - | - | - |
| Lucro líquido do exercício | 4.142.753 | 7.873.640 | 4.142.753 | 7.873.640 | - | - | - | - | - |
| Demonstrações dos Resultados Abrangentes - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em reais) | | | | Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido - Exercícios findos em 31/12/2025 e 2024 (Em reais) | | | | | |
| | Controladora | | Consolidado | | Capital social | Reserva de capital/ legal estatutária | Reservas resultados abran- gentes acumulados | Lucros acumulados | Total |
| | 2025 | 2024 | 2025 | 2024 | | | | | |
| Lucro líquido do exercício | 4.142.753 | 7.873.640 | 4.142.753 | 7.873.640 | 25.232.336 | 1.607.066 | 5.100.802 | 1.215.024 | 15.844.953 |
| Ajustes de conversão de controladas no exterior | (2.995.844) | 5.319.354 | (2.995.844) | 5.319.354 | 1.607.066 | - | - | 1.215.024 | 15.844.953 |
| Total do resultado abrangente do atribuível aos acionistas da Companhia | 1.146.909 | 13.192.994 | 1.146.909 | 13.192.994 | - | 307.448 | - | - | (307.448) |

Balança comercial registra superávit de US\$ 7,8 bilhões em maio



A balança comercial de maio registrou superávit de US\$ 7,8 bilhões. O valor é resultado de US\$ 24,08 bilhões em importações e US\$ 31,9 bilhões em exportações. No ano, o saldo está positivo em US\$ 32,66 bilhões.

Os dados foram divulgados pelo Mdic (Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços), nesta quarta-feira (3).

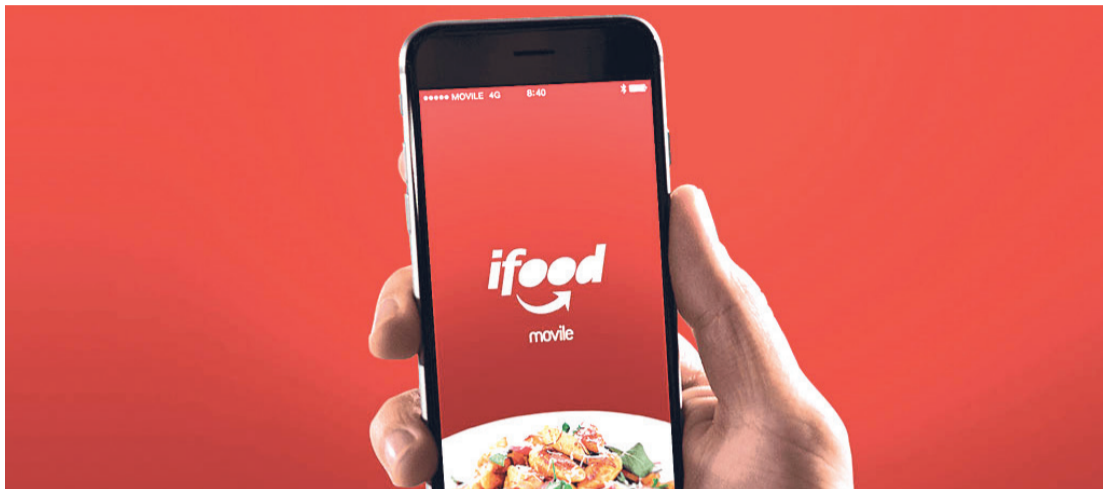
A balança de maio apresenta um aumento de 10,8% em relação ao mesmo período de 2025, quando foi registrado um superávit de US\$ 7,2 bilhões.

No mês de maio, os setores da agropecuária e da indústria de transformação apresentaram crescimento, respectivamente, de US\$ 730 milhões (9,8%) e US\$ 1,37 bilhões (9%), enquanto a indústria extrativa teve queda de US\$ 130 milhões

(-1,9%).

NEGÓCIOS

iFood confirma vazamento de dados de 1,2 milhão de usuários



O iFood disse nesta quarta-feira (3) que registrou o vazamento de dados de 1,2 milhão de seus usuários, o que equivale a 2% da base de usuários da empresa. Segundo a companhia, o ataque de hackers ocorreu em dezembro de 2025, mas teria sido contido rapidamente.

A confirmação veio depois que um usuário do BreachForums fórum de hackers na dark web onde há compra e venda de material roubado disse, na semana passada, que possuía dados de mais de 43,84 milhões de clientes brasileiros do iFood, incluindo CPF, nomes, emails, telefones e informações de cartões de crédito.

Em nota, a companhia

disse que "não encontrou qualquer evidência de que 43 milhões de dados de usuários foram vazados".

"Após sucessivas análises, identificamos que o material disponibilizado na internet se refere a um incidente isolado, ocorrido em dezembro de 2025, e que foi rapidamente neutralizado pelos nossos protocolos de segurança. O evento envolveu dados cadastrais, como nome e CPF, sem qualquer comprometimento de senhas, meios de pagamento ou registros financeiros, com impacto restrito a cerca de 2% da nossa base de usuários", escreveu em nota.

A empresa afirma que não notificou a ANPD (Autoridade Nacional de Proteção de Dados), porque "o evento não acarreta

risco ou dano relevante aos titulares, de acordo com os critérios regulatórios".

"O iFood lamenta o ocorrido e reforça para os usuários que todas as comunicações são feitas somente pelos canais oficiais da plataforma", completou.

Na semana passada, o iFood havia dito que não encontrou evidência do vazamento. "Informamos que não houve qualquer comprometimento de senhas, meios de pagamento ou dados financeiros de usuários e parceiros", escreveu a empresa na ocasião.

A ANPD (Agência Nacional de Proteção de Dados) disse à reportagem que oficiará o iFood para que preste as informações necessárias.

Folhapress

Empresas dos EUA alertam para escassez de chips de memória

A necessidade cada vez maior de chips de memória para data centers de inteligência artificial pode levar a aumentos drásticos nos preços dos bens de consumo e interromper cadeias de suprimentos, disseram nesta quarta-feira (3) grupos dos EUA que representam montadoras, varejistas e empresas de eletrônicos.

Os grupos disseram em uma carta aos departamentos do Tesouro e do Comércio dos EUA que "um desequilíbrio urgente no mercado de chips de memória pode levar a aumentos de preços significativos e sustentados em curto prazo e interromper cadeias de suprimentos essenciais do país".

Os grupos que assinam a carta incluem a Alliance for Automotive Innovation, a National Retail Federation, a Medical Device Manufacturers Association, a NCTA - The internet & Television Association, a Telecommunications Industry Association

e outros.

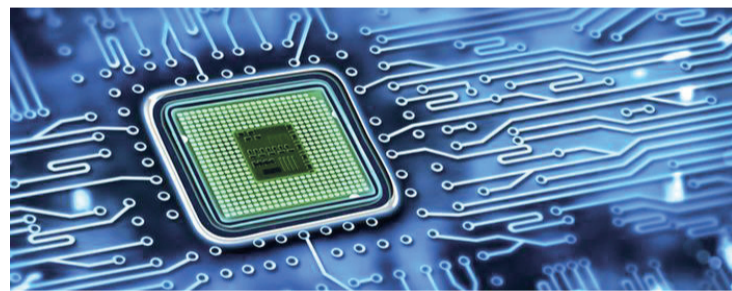
O consumo de uma enorme parcela da capacidade disponível de chips de memória pelos data centers de IA resultou em um "aumento sem precedentes no preço dos microprocessadores de memória e na redução da oferta desses chips para os setores de manufatura e de atendimento ao consumidor", diz a carta.

Os grupos acrescentaram: "Os impactos dessas tendências no mundo real já começaram a se manifestar e ameaçam se deteriorar rapidamente se a situação não for remediada."

Os departamentos do Comércio e do Tesouro dos EUA não comentaram o assunto.

A Reuters informou em dezembro que a escassez global aguda de chips de memória estava forçando as empresas de IA e de produtos eletrônicos a disputarem suprimentos cada vez menores, enquanto os preços de componentes eletrônicos mais comuns subiam.

CNN



Brasil terá 1º leilão de armazenamento de energia em baterias: 'Dilma estava certa', diz ministro



O primeiro leilão para contratação de baterias para o setor elétrico brasileiro terá uma disputa separada para sistemas com conteúdo nacional e priorizará projetos localizados em Estados do Nordeste e em Minas Gerais, conforme portaria publicada nesta quarta-feira, 3, no Diário Oficial da União.

Segundo o Ministério de Minas e Energia, o leilão para novos sistemas de armazenamento de energia e representa um marco para a modernização do setor elétrico brasileiro, ao viabilizar a contratação de sistemas de baterias eletroquímicas em larga escala para reforçar a segurança do Sistema Interligado Na-

cional (SIN). Esses equipamentos poderão armazenar energia elétrica e devolvê-la ao sistema quando houver necessidade operativa, contribuindo para o atendimento da demanda nos horários de maior consumo.

O leilão inédito ocorrerá em duas datas no mês de dezembro. A primeira concorrência, no dia 2 de dezembro, será destinada a projetos que atendam aos requisitos mínimos de nacionalização, conforme critérios do Sistema CFI do BNDES, atendendo a um pleito feito ao governo por grandes fabricantes nacionais, como WEG, Moura e UCB.

Já a segunda data, em 4 de dezembro, será aberta a todos os projetos, sem a exi-

gência de nacionalização.

Serão negociados nos certames contratos de disponibilidade de potência das baterias, com prazo de suprimento de 15 anos e início em 1º de agosto de 2028. Os projetos serão remunerados por uma receita fixa.

A disputa terá ainda uma bonificação de localização, isto é, terão vantagem projetos que estão localizados conforme metodologia da Empresa de Pesquisa Energética (EPE).

Segundo detalhamento da portaria, as localizações prioritárias para as baterias são em barramentos dos Estados de Alagoas, Bahia, Ceará, Minas Gerais, Paraíba, Pernambuco, Piauí e Rio Grande do Norte.

IstoÉDinheiro